

FONTE : OESP

CLASS. : 103

DATA : 12 01 85

PG. : _____

Reações impediram a ¹⁹⁰liberação de reservas

AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Interior, Mário Andreazza, afirmou ontem que o decreto que autoriza a mineração nas áreas indígenas teve sua publicação suspensa anteontem por causa das "intensas reações contrárias ao anúncio de sua entrada em vigor". Andreazza fez essa afirmação ontem no Rio, onde esteve para uma longa reunião com o presidente Figueiredo para tratar do assunto. Anteontem, porém, o ministro-chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, havia dito que a decisão de Figueiredo de suspender a publicação do ato no *Diário Oficial* não foi causada "de maneira nenhuma" pelas reações negativas provocadas entre as comunidades indígenas brasileiras, inclusive com uma nota de protesto da Funai.

Mário Andreazza explicou que "os ministérios do Interior e das Minas e Energia já vinham estudando esse assunto há meses". E acrescentou: "Sabíamos que em relação a esse tipo de mineração existiam dois problemas — um, a utilização do solo, que está perfeitamente estabelecida na constituição do Estatuto do Índio. O outro, o do uso do subsolo, que é terra da União e cuja exploração é regida pelo código de mineração", disse o ministro. "Assim, as reservas indígenas ficavam, de uma certa maneira, muito abertas e o estudo visava justamente a proteger essas áreas e beneficiar as comunidades indígenas."

Andreazza acredita que não vai surgir qualquer tipo de problema para o encaminhamento do projeto, porque "com o tempo, vai haver o debate e os esclarecimentos". "Agora, precisamos ver o resultado a que vão chegar esses estudos, a serem feitos pelo Conselho de Segurança Nacional e o Gabinete Civil", disse, assegurando: "Todos os aspectos serão considerados, pois o grande obje-

tivo do decreto é a proteção das comunidades indígenas".

O ministro do Interior afirmou ainda que todos os problemas surgidos entre as autoridades federais e os indígenas terão uma solução adequada já que "a Funai vai procurar colher quais são os pontos divergentes e se chegará a uma legislação que beneficie as comunidades". Para Andreazza, não existe qualquer contradição no fato de um decreto tão polêmico estar sendo editado no encerramento do governo Figueiredo. "O governo continua até o último dia", lembrou. "Como o assunto vinha sendo debatido há bastante tempo, o governo não o poderia parar".

FUNAI

Alguns dos assessores diretos do presidente da Funai, Nelson Marabuto, estão exigindo a saída de vários funcionários que teriam colaborado para o ingresso de mineradoras em áreas indígenas. Entre os nomes citados está o da antropóloga Maira Hildegard Castro Rick, que deu parecer favorável à extinção da reserva dos índios Waimiri atroari, em Roraima. Também foi citada Lúcia Helena de Mello, que atuou no caso das terras dos índios tupiniquins.

Do grupo de assessores diretos de Marabuto fazem parte vários indígenas que foram demitidos da Funai pelo ex-presidente, coronel Nobre da Veiga, e retornaram ao órgão quando assumiu o presidente anterior, Jurandy Marcos da Fonseca.

O secretário geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, afirmou ontem em Brasília que a assinatura do decreto presidencial "surpreendeu a Nação" e, agora, a decisão de Figueiredo de reexaminar o decreto abre uma esperança de sua revogação definitiva. "Sabemos do grave perigo que representa para a sobrevivência dos índios a entrada indiscriminada de pessoas alheias a sua cultura", disse.